

Faculdades Integradas São Pedro – Faesa
Faculdade de Educação e Comunicação
Curso de Comunicação Social

As barreiras arquitetônicas e atitudinais enfrentadas pelas
pessoas cegas no seu dia-a-dia: fotodocumentarismo

Leonardo Picinati

Vitória
2007

Faculdades Integradas São Pedro – Faesa
Faculdade de Educação e Comunicação
Curso de Comunicação Social

As barreiras arquitetônicas e atitudinais enfrentadas pelas pessoas cegas no seu dia-a-dia: fotodocumentarismo

Projeto de TCC apresentado como requisito
para obtenção de nota na disciplina
Planejamento de Projetos sob a orientação do
professor Reginaldo Célio Sobrinho na
disciplina da professora Alessandra Carvalho.

Vitória
2007

Sumário

1. Introdução	04
2. Objeto	05
3. Objetivos	07
Objetivos Gerais	08
Objetivos Específicos	08
4. Justificativa	09
Mas, afinal, de onde surgiu a idéia?	10
5. Fotodocumentarismo	12
6. Inclusão Social: de quem estamos falando?	15
7. Metodologia	18
8. Ficha Técnica	20
9. Orçamento	21
10. Cronograma	22
11. Referências Bibliográficas	23
12. Levantamento Bibliográfico	25

Introdução

Este projeto visa mostrar a representatividade que a sociedade “delega” sobre os deficientes visuais usando o fotodocumentarismo como equipamento de trabalho.

O último levantamento de quantas pessoas cegas existe no Brasil foi divulgado em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O *Censo de 2000* revelou que dos 148 mil deficientes visuais existentes no país, 77.900 eram mulheres e 70.100, homens. Com 57.400 pessoas cegas, o Nordeste aparece como a região com maior concentração de pessoas cegas. Entre os estados, temos: São Paulo com 23.900 e Bahia com 15.400.

Para saber quais são as alegrias e as barreiras que as pessoas cegas deparam no dia-a-dia, utilizarei fotos em preto e branco e, em cores, para retratar a verossimilhança dos conteúdos dos diálogos que o pesquisador terá com os alunos da Unicep (União de Cegos D. Pedro II). Os diálogos se farão através das “aulas de teatro” que acontecerão uma vez por semana na instituição, em Vila Velha.

Essas imagens serão analisadas em dois pilares: seu enquadramento, com base nas informações oferecidas pelas disciplinas Fotojornalismo I e II lecionadas pela faculdade Faesa e no referencial teórico a respeito de inclusão social.

A partir da exposição de 324 fotos em preto e branco e, em cores, bem como a sistematização de algumas reflexões, acredito que poderei contribuir para a compreensão acerca da representatividade que damos aos deficientes visuais no dia-a-dia.

Objeto

Os relatórios do Censo 2000 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram o “número absoluto” de pessoas cegas existentes no Brasil e quais os estados de maior concentração. Entre as 148 mil pessoas cegas, 77.900 eram mulheres e 70.100, homens. Com 57.400 pessoas cegas, o Nordeste aparece como a região com maior concentração de pessoas cegas. Entre os estados, temos: São Paulo com 23.900 e Bahia com 15.400.

Contudo, é evidente o descaso da sociedade com as pessoas cegas. O trabalho desenvolvido a partir de parcerias entre pessoas física e jurídica e ONGs, os indivíduos passam a achar que sua parte diante dos problemas da sociedade está cumprida. Nessa perspectiva, a relação corpo-a-corpo parece não ser mais necessária para se manter o caráter solidário. Esses comportamentos de “fechar” os olhos para essa parte esse grupo de sujeito, levam na maioria das vezes a pessoas cegas se resguardarem diante da falta de oportunidades dentro da sua trajetória social.

Para os estudiosos Godoy, Heimus e Borges, a formação e a reabilitação da pessoa cega não dependem apenas dos órgãos públicos, federais e estaduais. Todas as esferas da sociedade têm sua parcela de culpa quando se trata de não pensar na diversidade e na pluralidade. Além de pensar e projetar um mundo para os que vêm, apesar da nítida imagem das pessoas cegas no cotidiano das cidades. De acordo com Borges, 2000,

A formação da criança e jovem cego é muito prejudicada por falta de acesso a recursos, tecnologia e cultura. É até possível colocar um cego numa classe comum de escola, porém os livros são todos impressos em papel. Nessas circunstâncias, o aluno pode utilizar a tecnologia Braille para copiar e fazer seus trabalhos escolares, mas isso esbarra em pontos chaves: raríssimos professores sabem Braille e sem o apoio de pessoas voluntárias (por exemplo a própria família) que se disponham a ler os livros impressos comuns, o cego ficará restrito à informação verbal transmitida pelo professor.

Utilizando-me de foto em preto e branco e colorida, pretendo apresentar no formato de fotodocumentarismo as alegrias e dificuldades que um grupo de pessoas cegas de uma instituição de reabilitação encontram no dia-a-dia.

As imagens serão capturadas a partir de diálogos entre o pesquisador e alunos em encontros que acontecerão uma vez por semana na instituição por meio de “aulas de teatro” que o pesquisador buscará informação sobre o cotidiano dos alunos.

Em seguida o pesquisador acompanhará o aluno no decorrer do seu dia no intuito de capturar através da fotografia os desafios, alegria ou dificuldade, evidenciada nos diálogos realizados.

Essas imagens serão analisadas em dois pilares: seu enquadramento, com base na teoria oferecida pelas disciplinas Fotojornalismo I e II lecionadas pela faculdade Faesa e no referencial teórico a respeito de inclusão social.

As imagens que apresentam as dificuldades enfrentadas pelos depoentes bem como suas análises serão encaminhadas aos órgãos responsáveis pelos âmbitos retratados. Pretende-se com isso, conscientizar os órgãos sobre a necessidade de modificar aqueles espaços retratados para também ser acessível ao deficiente visual.

A partir da exposição de 324 fotos em preto e branco e colorida bem como a sistematização de algumas reflexões, acredito que poderei contribuir para a compreensão acerca da representatividade que damos aos deficientes visuais no dia-a-dia.

3. Objetivos

Objetivo geral

- Mostrar a representatividade que a sociedade delega sobre os deficientes visuais usando o fotodocumentarismo como equipamento de trabalho.

Objetivos específicos

- Levantar informações sobre os tipos de barreiras (arquitetônica e atitudinal) que as pessoas cegas encontram no cotidiano, bem como os problemas conseqüentes dessas barreiras;
- Verificar a verossimilhança dos depoentes – alunos da Unicep - referente às alegrias e as dificuldades por meio de fotodocumentarismo;
- Verificar junto aos órgãos administrativos quais são os projetos voltados para remoção de barreiras arquitetônicas e atitudinais;
- Identificar as contribuições do fotodocumentarismo nas reflexões relativas aos desafios e dificuldades enfrentadas pelas pessoas cegas no seu cotidiano.

4. Justificativa

4.1 Mas, afinal, de onde partiu a idéia?

A opção de trabalhar com pessoas cegas como objeto de estudo e usar a fotografia como equipamento de trabalho está relacionada basicamente a três questões a seguir:

Primeiro, a paixão pela fotografia que começou quando ganhei uma máquina fotografia analógica da marca *Minolta*. Na época, os filmes como as revelações custavam caro, isso fez com que cada foto demorasse horas para ser capturada. Para ter um exemplo, teve vezes que um filme de doze poses durou mais de uma semana para chegar ao final. Essa vontade foi crescendo de forma autodidata até entrar na faculdade no ano de 2004, quando passei a estudar a imagem como veículo de comunicação e as técnicas fotográficas.

A segunda justificativa prende-se ao fato da importância que atribuo à imagem, “que é um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções”. (KOSSOY, 2001. p. 28). Em base nas minhas pesquisas, encontrei o trabalho de Lucia Reily para o seu mestrado na CEPRE – Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp, 2006. A autora analisou 25 obras de arte do banco de dados de imagens encontradas até então do projeto “Retratos de deficiência e doença mental...” que representam a pessoa deficiente no espaço urbano. As obras foram produzidas de 1311 a 1982-1984, incluindo 22 pinturas, 1 desenho, e 2 litogravuras, das quais 9 foram produzidas no Século XX. Seu trabalho recebeu o nome de “Retratos urbanos de deficiência”.

Uma terceira justificativa se deu através das iniciativas dos meios de comunicação, que no ano de 2006 procuraram conscientizar as pessoas da necessidade de pensarem em um mundo também para as pessoas cegas. Um desses veículos foi a *Rede Globo de Televisão*, que através da novela das oito, *América* retratou o cotidiano do personagem Jatobá que era cego: interpretado por Marcos Frota. O diretor mostrou as alegrias e as dificuldades da pessoa cega em um mundo planejado para os que vêem. Na mesma vertente, a Igreja Católica, como de praxe, lançou a *Campanha da Fraternidade* com o tema “Levanta-te, vem para o meio” (MC.3,3). A iniciativa teve como objetivo conscientizar os cristãos para a necessidade da inclusão das pessoas cegas, atrelado a isso, um fato impulsionou-me em dedicar estudo às

alegrias e as dificuldades no cotidiano dos deficientes visuais: no mês de janeiro de 2006, em uma noite de chuva forte de verão, acordei todo suado. Era um sonho e/ou pesadelo. Sonhei que estava cego aos 22 anos. O sonho se passou pela descoberta da cegueira, a rejeição daquela situação inesperada até o começo da aceitação da doença.

5. Fotodocumentarismo

Ver, reler o cotidiano e capturar em imagens os momentos. Quem sabe essa seja uma das grandes inovações que nos fascinem em fotografia. Porém, o que é a fotografia? Para que serve? Por que fascina? Qual sua importância e porque ela será à base do meu trabalho? Para entender melhor sobre o fascínio que a imagem exerce sobre as pessoas é preciso entender o que ela representa em nosso cotidiano.

Toda fotografia tem sua função histórica, não porque é iconográfica (ROSSONI, 2004, p 107), mas pelo que revela sobre a condição social de um grupo em uma determinada época. Ela é “[...] a imitação mais perfeita da realidade”, uma das melhores ferramentas “[...] para verificar a verossimilhança entre os discursos e a realidade.” (DUBOIS, 1990, p. 27).

Para Sousa (2004, p. 13) a fotografia pode ser usada como um veículo de observação, informação, análise e de opinião sobre a vida humana e suas conseqüências. Barthes (1978, p. 47), compreende que “[...] no fundo, a fotografia é subversiva não quando assusta, perturba ou até estigmatiza, mas quando é pensativa”. Para Kossoy (1989, p. 28) a fotografia é um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções: os conteúdos da fotografia “[...] despertam sentimentos profundos de afeto, ódio ou nostalgia para uns, ou exclusivamente meios de informação para outros que a observam livres de paixões.”

Diante da importância da fotografia descrita pelos autores citados anteriormente, é importante abrir um espaço para descrever a história desse veículo de comunicação não-verbal que surgiu na Revolução Industrial, alcançando no século XIX uma maior aceitação.

Nos anos 60 do século XIX, propiciou o surgimento de verdadeiros impérios industriais e comerciais da fotografia. Nessa década,

“[...] o mundo tomou-se de certa forma “familiar” após o advento da fotografia; o homem passou a ter um conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica”. (KOSSOY, 1989, p. 15).

Um século depois da disseminação da fotografia pelas empresas fotográficas, Baynes (1971) sugere que o aparecimento do primeiro tablóide fotográfico, o *Daily Mirror*¹, em 1904, marca uma mudança conceptual: as fotografias deixaram de ser secundarizadas como ilustrações do texto para serem definidas como uma categoria de conteúdo tão importante quanto o componente escrita. Neste momento, a fotografia passa a ser conhecida mundialmente como veículo de comunicação e recebe o nome de Fotojornalismo².

Esta técnica fotográfica teve reconhecimento na Alemanha, após a Primeira Guerra. A Alemanha durante décadas pós-guerra se destacou no âmbito fotojornalismo. De acordo com Sousa (2004, p. 19) nas décadas de 20 e de 30 do século XX, “[...] a Alemanha tornou-se o país com mais revistas ilustradas.” Contudo, Achutti (1997, p. 28) ressalta-nos que após a ascensão de Hitler em 1933, o fotojornalismo alemão sofreu uma violenta queda com o fechamento de inúmeros órgãos de imprensa, já que os profissionais fotográficos pediram exílio para os Estados Unidos e lá, criou-se uma das mais importantes revistas ilustradas, a *Life*³, que fez escola, impôs um estilo e formou uma equipe de renomados fotojornalistas como Eugene Smith e Alfred Eisenstaedt.

Assim, a fotografia se fixou como “expressão da verdade” (KOSSOY, 1989, p. 16). Contudo, o fotojornalismo se esbarra na questão do tempo da captura da imagem. “[...] Os fotojornalistas trabalham com tempo muito escasso, suas fotos são de consumo diário.” (ACHUTTI, 1997, p. 29). Para o jornalista que pretende capturar imagens com maior tempo e autonomia, dificilmente encontrará espaço dentro do âmbito de trabalho. Ele esbarra nos interesses dos veículos de comunicação. Achutti (1997) sugere que o profissional fotográfico que almeja maior autonomia em seu trabalho, utilize do “documentary photography⁴” que...

“[...] refere-se a uma fotografia que busca a documentação social, tem como seu universo de investigação os homens, suas especificidades culturais, suas condições de moradia e de trabalho, suas práticas religiosas e suas formas de lazer, numa determinada época.” (ACHUTTI, 1997, p. 31)

A fotodocumentário que é outra vertente das técnicas fotográficas também ganhou popularidade nos Estado Unidos. Segundo Achutti (1997) a fotodocumentário é uma fotografia de cunho eminentemente social, suas imagens são realistas, e de cunho denunciativas. Seu

¹ Um jornal da Inglaterra, do século XIX, que em 1904 começa a ilustrar as suas páginas quase unicamente com fotografias. (SOUSA, 2000, p. 69).

² Fotojornalismo é uma atividade singular que usa a fotografia como um veículo de observação, informação, análise e de opinião sobre a vida humana e suas conseqüências. (SOUSA, 2004.)

³ A revista *Life* nasceu em 1936, nos EUA, como uma publicação semanal, foi interrompida três vezes: a primeira em 1972, a segunda em 2000 e a terceira no dia 20 de abril deste ano (2007).

⁴ Fotodocumentário. (ACHUTTI, 1997, p. 31).

fortalecimento, como também suas técnicas e teorias vieram de terras americanas. A este respeito, Achutti (1997, p. 31) chama-nos a atenção para o fato de que

[...] os Estados Unidos se constituíram num fértil terreno para o desenvolvimento da fotografia em geral, não só [do fotojornalismo] da fotografia de documentação. [...] Também é importante o registro de que prosperaram as iniciativas quanto à consolidação de uma *fotografia americana de inspiração pictórica* (fotógrafos que buscaram imitar a pintura). Prosperou ainda a chamada *straight photography*, uma fotografia objetiva, “realista”, que se impôs como uma estética própria, independente das tradições da pintura acadêmica, que consagrou mundialmente alguns “amigos da natureza”, mestre na documentação das paisagens naturais.

Essa prática jornalística consolidou-se na década de 30, depois da Fotografia e do Fotojornalismo. Teve um início natural porque as pessoas faziam sem a intenção de “tocar” os outros. As fotos eram tiradas das cidades, das pessoas que moravam nela e das diferentes etnias existentes. Nesse campo, o capixaba Sebastião Salgado é muito conhecido e competente. (SOUSA, 2004. p. 12). Seu estilo é classificado como “humanista”. Dentro dos estilos, também temos o “pura criação”: que é algo muito bem produzido e pré-aprovado e por fim, pode ser feita com a “verdade interior”: aproximação do fotógrafo com o objeto ou pessoa a ser fotografada.

A documentação é um enfoque e não uma técnica; é uma afirmação e não negação... A atitude de documentar não é o rechaço de elementos plásticos, que devem seguir sendo critérios essenciais em toda a obra. Somente dá-se a esses elementos seu limite e sua direção. Assim, a composição se transforma numa ênfase, e a precisão da linha, o foco, o filtro, a atmosfera – todos esses componentes que estão incluídos na sonhada penumbra da “qualidade” -, são postos a serviço de um fim: falar, com tanta eloquência quanto for possível, daquilo que deve ser dito na linguagem das imagens. (STRYKER, in Achutti, 1997, p. 30)

Neste momento faz-se necessário o questionamento da importância do fotodocumentário e porque ele serviria como base para o meu trabalho? Para Sousa (2004, p. 11) além de todas as conotações que o fotodocumentário possa receber, ele pode ser entendido de uma forma lata como uma ferramenta que tem a finalidade de informar. O fotodocumentarismo trabalha em termos de projeto fotográfico. Além de que, “[...] um fotodocumentarista procura fotografar a forma como esse acontecimento afeta as pessoas.” (SOUSA, 2004, p. 12). Como minha tentativa neste trabalho de pesquisa é mostrar através da fotografia quais são as barreiras arquitetônicas e atitudinais que as pessoas cegas encontram no dia-a-dia, a técnica fotodocumentário parece-me pertinente vez que, conforme bibliografia consultada me possibilitará capturar com maior exatidão quais são essas barreiras.

6. Inclusão Social: de quem estamos falando?

Para os autores Cerignoni e Rodrigues (2005, p. 11) a expressão “portadores de necessidades especiais” tornou-se palavra de expressão ampla. Dificultando definir quem de fato seria ou não uma pessoa com deficiência. “Um adolescente morador de rua, por exemplo, tem necessidades especiais, diferenciadas com relação a um adolescente inserido no contexto familiar – mas isso não quer dizer que ele tenha alguma deficiência.”

A expressão “portadores de deficiência” também vem sendo questionada. Cerignoni e Rodrigues (2005) defendem que a deficiência não é algo que se carrega, não é um objeto que se porta durante um certo tempo e depois pode ser descartado como se fosse um objeto externo à pessoa. A deficiência faz parte da identidade da pessoa. O termo que deve ser usado é pessoa com deficiência, no nosso caso, pessoa com deficiência visual ou cega.

“[...] o termo mais apropriado para caracterizar a pessoa com deficiência é, antes de qualquer outro... *pessoa!* É preciso reconhecê-la como *pessoa*, isto é, como indivíduo dotado de sentido em si mesmo. Vale a pena ressaltar este que é seu principal atributo, pois que tem sido quase sempre esquecido, até mesmo negado.” (CERIGNONI; RODRIGUES. 2005. p. 12)

Além do tratamento com expressões de cunho preconceituosas, muitos confundem deficiência com doença. A Organização Mundial de Saúde (Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiências, 1982. In: Cerignoni e Rodrigues (2005, p. 13) estabelece que deficiência é toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Os autores ainda completam que a *incapacidade* é toda restrição ou impossibilidade (devido a uma deficiência) para realizar uma atividade dentro dos parâmetros considerados normais para um ser humano. A *invalidez* é uma incapacidade que limita ou impede o desempenho de uma função considerada normal (levando-se em conta idade, sexo e fatores sociais e culturais).

Reconhecer e respeitar os direitos das pessoas com deficiência é, em última análise, respeitar o próprio direito a ser tal como se é, sem a necessidade de preencher todos os requisitos de *normalidade* impostos pela cultura dominante. Significa reconhecer o valor da diversidade, que nos diferencia uns dos outros, e da singularidade, que nos faz sermos todos e cada um de nós insubstituíveis. (CERIGNONI; RODRIGUES, 2005)

Perante a diversidade, a pluralidade humana, Cerignoni e Rodrigues (2005, p. 61) sugerem que também compõem essa diversidade todos os segmentos populacionais existentes numa sociedade: “etnias, nacionalidades, naturalidades, culturas, regiões, socioeconômicas; fatores

históricos e políticos, religiões, deficiências (física, sensorial, mental, múltiplas, psiquiátrica), distúrbios orgânicos etc.”

Sabendo que a pessoa cega é provida de uma deficiência, mas não incapaz de exercer seu papel como cidadão - ajudando a definir o futuro do seu país, por exemplo –, em 1950 iniciou-se no Brasil a configuração de um arcabouço jurídico voltado às pessoas com deficiência. A este respeito, Cerignoni e Rodrigues (2005, p. 35-40) chama-nos a atenção para decretos e leis que asseguram a inclusão social das pessoas com deficiência.

“A edição do Decreto n. 44.236, o Governo Federal instituiu uma campanha de educação e reabilitação para deficientes visuais; e com a criação do Instituto Nacional da Previdência Social – INPS –, surgido a partir da fusão dos institutos existentes, organiza-se o primeiro serviço governamental de reabilitação.”

“Na década de 70, com a ampliação do programa da Legião Brasileira de Assistência – LBA –, os serviços governamentais de reabilitação, até então restritos aos indivíduos segurados pelo INPS, foram expandidos aos necessitados não assegurados.” [...] “A Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, traz em seu bojo garantias que visam a integração social das pessoas com deficiências.”

“No ano de 2000 são publicadas a Lei n. 10.048, que dispõe sobre prioridade de atendimento e acessibilidade nos transportes, e a Lei n. 10.098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.” [...] “No ano de 2001, o Governo Federal edita o Decreto n. 3.956, que promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoa com deficiência.” [...] “No ano de 2002 é publicada a Lei n. 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.” [...] “No ano de 2003 é publicada a Lei n. 10.690, que trata de uma série de assuntos, como da isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI – para a aquisição de automóveis de passageiros para as pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.”

“Em 2004 é editado o Decreto 5.296, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida.” [...] “Atualmente tramita no Congresso Nacional projeto de lei que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.”

Diante dos sistemas citados anteriormente, Sasaki (1997, p. 65) argumenta que no Brasil, as empresas já vêm praticando a inclusão, mesmo que em pequena escala. Elas praticam a inclusão mesmo sem saberem que estão na realidade adotando uma abordagem “inclusivista”. O autor dá a definição de empresa inclusivista aquela que acredita no valor da diversidade humana, “contempla as diferenças individuais, efetua mudanças fundamentais nas práticas administrativas, implementa adaptações no ambiente físico, adapta procedimentos e instrumentos de trabalho, treina todos os recursos humanos na questão da inclusão.”

Essas questões suscitam o desejo e a importância de discutir a temática sobre a inclusão social, mas especificamente o cotidiano de pessoas cegas, apresentando elementos que ajudem nas reflexões relativas aos tipos de barreiras (arquitetônica e atitudinal) que elas deparam no seu

dia-a-dia, bem como os problemas conseqüentes dessas barreiras; também sobre os projetos voltados para remoção dessas barreiras.

7. Metodologia

Para a coleta de dados, será aplicado uma entrevista semi-estruturada, que é uma forma de coleta de dados onde a linguagem é caracteristicamente simples e direta, de modo que a compreensão do informante não seja comprometida. Este cuidado é necessário porque neste tipo de coleta de dados o pesquisador não participa das respostas às perguntas.

Para a realização dessas entrevistas, o pesquisador se encontrará com os alunos uma vez por semana na União de Cegos D. Pedro II. Por meio de “aulas de teatro”. O pesquisador buscará informações sobre o cotidiano dos alunos, identificando quais são as barreiras arquitetônicas e atitudinais que esse grupo enfrenta em seu dia-a-dia.

Responderão a entrevista 15 alunos, 13 do Braille 1⁵ e dois do Braille 2⁶. Será convidada também a participar das “aulas de teatro” a professora do Braille 1.

O pesquisador também acompanhará o aluno no decorrer do seu dia no intuito de capturar através da técnica fotodocumentário os desafios, alegrias ou dificuldades evidenciadas nos diálogos realizados.

O fotodocumentário, que é caracterizado por Achutti (1997, p. 31) como “documentary photography⁷” refere-se a uma fotografia que busca a documentação social, “[...] tem como seu universo de investigação os homens, suas especificidades culturais, suas condições de moradia e de trabalho, suas práticas religiosas e suas formas de lazer, numa determinada época”. Ou ainda “as perdas de traços de identidade ocorridos através do tempo”. Por meio dessa técnica pretendo realizar um trabalho fotográfico composto por 324 fotos em preto e branco e colorida. Dessas fotografias, 25 serão selecionadas com embasamento em dois pilares: seu enquadramento, com base na teoria oferecida pelas disciplinas de Fotografia I e II lecionadas pela Faesa (Faculdades Integradas São Pedro – Campus II) e na legislação que trata da inclusão social, mais especificamente, a inclusão social de pessoas cegas.

⁵ Iniciação na linguagem Braille. O aluno pode permanecer nessa série por mais de um ano. A troca para o Braille 2 só acontecerá quando o aluno estiver apto a escrita utilizando a régua (objeto utilizado para ensinar as posições dos pontos que formarão as letras em auto-relevo).

Para fundamentar teoricamente este projeto, será utilizado como técnica de pesquisa a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, que é caracterizada, segundo Marconi e Lakatos (1996, p. 66), por “toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias”, entre outros.

Manzo, citado por Marconi e Lakatos (1971, p. 32) afirma que “a bibliografia oferece meios para definir, resolver, não problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizam suficientemente”.

Serão efetivamente usados como fontes para a fundamentação teórica livros e monografias, que são definidas como publicações, pelos tipos de fontes bibliográficas; jornais, que faz parte da imprensa escrita; e a Internet, que se enquadra nos meios audiovisuais.

⁶ O Braille 2 é a segunda e última série que o aluno passa para aprende o Braille. Nessa série ele aprende a escrever os seus textos na máquina de escrever.

⁷ Documentário fotográfico. (ACHUTTI, *Fotoetnografia*. 1997, p. 31)

8. Ficha Técnica

Título: **As barreiras arquitetônicas e atitudinais enfrentadas pelas pessoas cegas no seu dia-a-dia: fotodocumentarismo.**

Descrição: **Usar a fotografia para retratar as alegrias e as dificuldades que o grupo de pessoas cegas escolhidas para o trabalho enfrenta no seu dia-a-dia.**

Gênero: **Fotodocumentarismo.**

Formato das fotografias: **25 fotos no tamanho 10x15cm, papel fosco, 250g (papel fotográfico), em preto e branco e colorida.**

Edição: *Software da empresa Fuji Filme. Revelação de filme. Sistema de câmera fotográfico analógico.*

Fotografo / pesquisador / roteiro: **Leonardo Picinati.**

Destinatário: **Comunicólogos e aos que interessarem o tema.**

Orientador: **Reginaldo Célio Sobrinho**

9. Orçamento

Levando em conta que para o desenvolvimento da pesquisa será necessária a compra de filme fotográfico, revelação, ampliação e scaneamento das fotografias, livros, revistas, assim como será gasto com xerox, passagens de ônibus para o deslocamento até a instituição onde a pesquisa será desenvolvida, impressão, encadernação, entre outros fatores, pode-se calcular um valor aproximado que será gasto no desenvolvimento do projeto.

Recursos Materiais

Recurso	Quantidade	Valor unitário (R\$*)	Valor total (R\$*)
Livros	20	50,00	1.000,00
Xerox	600	0,07	42,00
Revistas	10	10,00	100,00
Filme (PB)	8	10,00	80,00
Filme (Collor)	5	10,90	54,50
Revelação – 10x15	13 filmes	24,20	304,06
Ampliação – 30x40	50	12,00	600,00
Scanner	13 filmes	21,25	276,25
		Valor total:	2.456,81

Recursos Humanos

Recurso	Quantidade	Valor unitário (R\$*)	Valor total (R\$*)
Impressão	350	0,35	122,50
Encadernação	10	1,50	15,00
Passagens	20	1,85	44,40
		Valor total:	181,90

Total: 2.638,71

10. Cronograma

Atividades	Julho				Agosto				Setembro				Outubro				Novembro				Dezembro			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Pesquisa Bibliográfica	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x												
Aulas de Teatro	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Formulação da Entrevista		x	x	x																				
Aplicação da Entrevista					x																			
Análise da Entrevista						x																		
Capturar Imagens							x	x	x	x	x	x												
Analisar Imagens													x	x	x									
Revisão																x								
Entrega do TCC																	x							
Defesa																			x					

11. Referências Bibliográficas

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. Fotoetnografia. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: Teoria da comunicação de massa, paz e terra, Rio de Janeiro, 1978.

BONI, Paulo César. A fotografia como forma de ver o mundo. In: Lucinea Aparecida de Rezende. (Org.). *Leitura e Visão de Mundo: peças de um quebra-cabeça*. 1ª ed. Londrina: Ed. Atrito Art Editorial, 2005, v. 1, p. 63-74.

BORGES, José Antônio. Recursos tecnológicos para acesso de pessoas cegas ao computador. Rio de Janeiro. 2000.

CARROL, Thomas J. Cegueira: o que ela é, o que ela faz e como vive com ela. São Paulo, 1968.

CENSO do IBGE 2000 confirma o número exato de quantas pessoas com necessidades especiais existem no Brasil. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 23 de abril de 2007.

CERIGNONI, Francisco Núncio; RODRIGUES, Maria Paula. Deficiência: uma questão política? São Paulo: Paulus, 2005. p. 70.

DUBOIS, Philippe. O ato fotográfico e outros ensaios. Campinas: Papirus, 1990.

GODOY, Hermina Prado. Inclusão de alunos portadores de deficiências no ensino regular paulista: recomendações internacionais e normas oficiais. 2002. Dissertação de mestrado, São Paulo: Marlenzie, 2002.

HEIMUS, Wilhelm. Como devo educar meu filho cego? Um guia para a educação de crianças cegas e de visão prejudicada. São Paulo, 1970.

KOSSOY, Boris. Fotografia & história. São Paulo: Ática, 1989. p. 110.

KOSSOY, Boris. Fotografia & história. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 163.

MARCONI e LAKATOS. Marina de Andrade e Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

REILY, Lucia. Retratos urbanos de deficiência. CEPRE – Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp.

ROSS, Paulo Ricardo. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 4. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2001. p. 223.

ROSSONI, Rodrigo. Fotografia e construção da identidade de crianças do MST: o sentido vivido a partir de uma prática educativa. Dissertação de Mestrado: Vitória, 2004. p. 157.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p. 174.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história crítica da fotografia ocidental. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 2000. p. 255.

SOUSA, Pedro Jorge. Fotojornalismo: introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 2004. p. 124.

12. Levantamento Bibliográfico

FOTOGRAFIA / FOTOJORNALISMO / FOTODOCUMENTARISMO

ARCARI, Antonio. A fotografia: as formas, os objetos, o homem. Lisboa: Martins Fontes, 1983. p. 199. Coleção Antes, aqui e além.

AUMONT, Jacques. A Imagem. Tradução: ABREU, Estela dos Santos; SANTORO, Cláudio César. Campinas, 2005. p. 317.

FERRÃO, Romário Gava. Metodologia científica: para iniciantes em pesquisa. Vitória: Unilinhares e Incaper, 2003. p. 245.

GURAN, Milton. Linguagem fotográfica e informação. Rio de Janeiro, 1992. p. 112.

LIMA, Ivan. A fotografia e a sua linguagem. 4. vol. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. p. 120.

MONFORTE, Luiz Guimarães. Fotografia pensante. São Paulo: Senac, 1997. p. 238.

PAULA, Jeziel de. Imagens construindo a história. São Paulo, 1998. Coleção Tempo e Memória.

VASQUEZ, Pedro. Fotografia: reflexos e reflexões. São Paulo: L&M, 1986.

TRAPMORE, Alison. Guia prático da fotografia de pessoas. Lisboa: Presença, 1979.

PESSOAS CEGAS

CARROL, Thomas J. Cegueira: o que ela é, o que ela faz e como vive com ela. São Paulo, 1968.

DIDEROT, Denis; VALTAIRE. Dicionário filosófico. São Paulo: Nova Cultura, 1988. p. 304.

MELO, Helena Flávia R. Deficiência visual: lições práticas de orientação e mobilidade. São Paulo: Unicamp, 1991. p. 158.

NOWILL, Gouvêa. Sistema Braille: seu uso, produção e distribuição. São Paulo: Obeliscos de Dorina.

ROCHA, Fundação Hilton. Ensaio sobre a problemática da cegueira: prevenção, recuperação e reabilitação. Belo Horizonte, 1987. p. 354.

ROSS, Paulo Ricardo. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 4. ed. São Paulo: Papyrus Editora, 2001. p. 223.

JORNALISMO

AMARAL, Luiz. A objetividade jornalística. Porto Alegre: Sagra - D.C. Luzzatto, 1996. p. 98.

KARAM, Francisco José Castilhos. A Ética jornalística e o interesse público. São Paulo: Summus, 2004. p. 274.

MARCONDES FILHO, Ciro. Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002. p. 169.

MEDINA, Cremilda de Araujo. A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003. p. 152.

MILAN, Betty. A Força da palavra. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 203.

RAMOS, José Nabantino. Jornalismo: dicionário enciclopédico /. São Paulo: IBRASA, 1970. p. 371.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 583.

PIZARROSO QUINTERO, Alejandro; ROCHA, Nuno. História da imprensa. Lisboa: Planeta, 1994. p. 703

MELO, Jose Marques de. Imprensa brasileira: personagens que fizeram história. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005. p. 270.

MELO, José Marques de. Jornalismo brasileiro. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 239.